



# Caderno de estudos de GESTÃO em DIREITOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

---

GUIA PRÁTICO DE DISCUSSÃO COMUNITÁRIA



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Presidente **Luiz Inácio Lula da Silva**

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS  
Ministra **Sonia Guajajara**


PRESIDÊNCIA DA FUNAI  
Presidenta **Joenia Wapichana**

DIRETORIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
Diretora **Lucia Alberta Andrade de Oliveira**

COORDENAÇÃO GERAL DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA  
Coordenadora **Danielle Moreira Pereira Brasileiro**

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS EDUCATIVOS  
Coordenador **André Raimundo Ferreira Ramos**

Equipe: **Arlene Vilela Rodrigues, Brenda Senna Guimarães  
Ribeiro, Bruno Gontyjo do Couto, Cláudia Almeida Bandeira de  
Mello, Davi Barros da Silva, João Henrique Galvão, Izabel Gobbi,  
Manuela Corrêa Leda, Luiz Carlos Lages Sarmento Albuquerque  
Marques**

A large, abstract yellow brushstroke graphic is located in the bottom right corner of the page, extending diagonally from the bottom edge towards the right edge.

# Caderno de estudos de GESTÃO em DIREITOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

---

GUIA PRÁTICO DE DISCUSSÃO COMUNITÁRIA

**IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO:**

BRA13/019

**IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL:**

EDITAL PROJETO BRA Nº 006/2021

**TÍTULO DA CONSULTORIA:**

Consultoria Técnica Especializada, na Modalidade Produto, para elaboração de Peça Técnica de Caráter Didático, em formato de Manual, para utilização em Processos de discussão de Projetos de Educação por Povos Indígenas, que propicie a sistematização e divulgação de conceitos, referências legais e boas práticas relacionadas à Gestão Comunitária e Intercultural da Educação Escolar Indígena.

**PROPÓSITO DA CONSULTORIA:**

Elaboração de peça técnica de caráter didático, em formato de Manual, para utilização em processos de discussão de projetos de educação escolar por povos indígenas, que propicie a sistematização e divulgação de conceitos, referências legais, boas práticas e processos relacionados à gestão comunitária e intercultural da educação escolar indígena.

**PRODUTO 04:**

VERSÃO FINAL - CADERNO DE ESTUDOS DE GESTÃO EM DIREITOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

**CONSULTOR:**

Paulo Roberto Nunes Ferreira

**REVISÃO:**

Davi Barros da Silva – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental  
Brenda Senna Guimarães Ribeiro – Especialista em Indigenismo

**PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:**

Rafael Vieira Fávaro – Especialista em Indigenismo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C122      Caderno de estudos de gestão em direitos da educação escolar indígena: guia prático de discussão comunitária / Fundação Nacional dos Povos Indígenas (org.) -- Brasília: Funai, 2025.  
37 p. : il.

ISBN: 978-65-88613-22-1 (digital)

1. Direitos Educacionais 2. Direitos Educacionais Indígenas 3.  
Educação Escolar Indígena I. Título

CDU 376 (036)

## SUMÁRIO

1. Considerações iniciais:.....	7
2. Com esta proposta de passo-a-passo, aonde queremos chegar? .....	8
3. Explicando o passo-a-passo: .....	9
4. Passo 01: Organização e a mobilização para as atividades de planejamento comunitário .....	10
5. Passo 02: Pensar a comunidade na relação com a educação.....	19
6. Passo 03: Mapear as violações .....	22
7. Passo 04: Olhar para dentro das nossas escolas .....	24
8. Passo 05: Decidir e fortalecer a articulação entre os povos .....	31
9. Passo 06: Considerações e orientações finais: o documento do planejamento comunitário.....	33
Anexo – Figura síntese da metodologia .....	35

## 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS<sup>1</sup>:

O **Caderno de Estudos de Gestão em Direitos da Educação Escolar Indígena**, trouxe o conjunto de normas desta modalidade de ensino e uma série de reflexões, com destaque especial para o direito à participação indígena nos momentos de planejamento, desenvolvimento e avaliação das políticas de Educação Escolar. Participar é um direito que cria obrigações governamentais em **garantir que os pontos de vistas, conceitos, ideias e projetos educacionais indígenas se transformem em políticas públicas**.

A **participação** tem como objetivos centrais a criação e o reconhecimento de espaços públicos para o diálogo e a interlocução dos povos indígenas e suas organizações de representação com os Governos municipais, estaduais e federal. Neste sentido, destacam-se duas (02) obrigações dos órgãos de Educação: **(1)** consolidar processos contínuos de escuta aos povos indígenas; **(2)** aplicar o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada<sup>2</sup>, transformada em atividade indispensável para a política pública, por meio de procedimentos periódicos das Secretarias de Educação, sempre que decisões governamentais tiverem o potencial de afetar a Educação Escolar Indígena.

Destacou-se que o Caderno de Estudos possui três (03) características interligadas: **(1)** a informação; **(2)** a formação e; **(3)** a mobilização comunitária para a defesa dos direitos da Educação Escolar Indígena. Esta seção é uma **proposta para a construção comunitária de Planejamentos em Educação Escolar Indígena**, que se articula aos órgãos governamentais, para o fortalecimento das políticas de Educação Escolar em cada uma das comunidades e povos.

---

<sup>1</sup> A metodologia aqui sugerida encontra eco em diferentes documentos elaborados no contexto da defesa dos direitos indígenas, tais como, Planos de Vida, Planos de Gestão Territorial e Ambiental, Protocolos Comunitários de Consulta e a defesa de direitos de crianças indígenas no âmbito da estratégia Trajetórias de Sucesso Escolar (2022;2023).

<sup>2</sup> Nos termos da [Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho](#).

## 2. COM ESTA PROPOSTA DE PASSO-A-PASSO, AONDE QUEREMOS CHEGAR?

Os desafios para a garantia dos direitos educacionais indígenas, todos sabem, são grandes e, para superá-los se faz necessário criarmos **estratégias comunitárias** para a análise, avaliação e incidência indígena no interior dos governos, especialmente, nas Secretarias Municipais e Estaduais de Educação.

Compreender as formas como os direitos são violados ou garantidos, **ampliar a mobilização e reflexões no interior das comunidades**, proporcionar a participação do maior número possível de pessoas e organizações nos debates internos em cada aldeia e território, contribui para a consolidação dos espaços de diálogo. A isto se soma a participação indígena nas políticas públicas, estratégia capaz de determinar os rumos que as ações governamentais seguirão.

Abordar o tema da participação está diretamente relacionado a dois (02) elementos. Em primeiro lugar, a superação de obstáculos para a construção de Planejamentos Comunitários e, em segundo lugar, o reconhecimento dos governos de que **as análises e avaliações indígenas também são instrumentos orientadores das políticas públicas**.

Assim, buscamos um tipo orientação que: **(1)** nasça no interior das comunidades; **(2)** reflita os desafios e projetos indígenas de educação e; **(3)** conduza os governos ao cumprimento integral dos direitos interculturais, próprios, diferenciados, específicos e bi/multilíngues das Educação Escolar Indígena.

O resultado prático poderá ser notado quando os planejamentos das Secretarias de Educação ocorrerem a partir de procedimentos de escuta e consulta aos povos indígenas, respondendo aos desafios mapeados em cada uma das comunidades, territórios e povos.



### 3. EXPLICANDO O PASSO-A-PASSO:

O caminho, para que este “resultado prático” aconteça pode ser compreendido da seguinte maneira: **(1)** Esta é uma atividade realizada nas próprias aldeias e comunidades, seja nas terras indígenas ou nas cidades; **(2)** É fundamental mapear quais são as violações educacionais vivenciadas; **(3)** Deve-se saber exatamente o que se busca alcançar; **(4)** Faz-se necessário olhar com atenção para o interior de cada comunidade, povo e território, entendendo quais são as ameaças sofridas e, ao mesmo tempo, tudo aquilo que fortalece os povos indígenas; **(5)** Deve-se elaborar uma avaliação conjunta, propondo-se um Planejamento Comunitário e, por fim; **(6)** Convidar os Órgãos de Educação para o cumprimento das suas obrigações institucionais, que estão presentes na legislação da Educação Escolar Indígena.

Cada um dos Passos possui um Tema Central e conjunto de Perguntas Iniciais<sup>3</sup>, que podem ser ampliadas, corrigidas ou reformuladas. Para cada um dos Temas Centrais são sugeridas atividades, das quais **todas as pessoas da comunidade e organizações indígenas ou de apoio aos povos indígenas podem participar**. O tempo para a conclusão de cada atividade em cada um dos passos e temas pode variar, dependendo do contexto das comunidades em seus territórios. A atividade será concluída quando o máximo de consenso for alcançado, isto é, quando os parentes e parentas se sentirem escutados. O evento se encerrará quando o Planejamento Comunitário for concluído e apresentado para os participantes. Vamos ao passo-a-passo!

---

<sup>3</sup> Ver OLIVEIRA, 2004.

## 4. PASSO 01: ORGANIZAÇÃO E A MOBILIZAÇÃO PARA AS ATIVIDADES DE PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO

Quando estamos diante de um desafio como este, que é o de preparar um Planejamento Comunitário surgem muitas dúvidas, por exemplo: quem será convidado para participar da atividade? Quantas pessoas serão convidadas? Em que local a atividade será realizada? Quantas aldeias, comunidades e povos de quais territórios participarão? Como serão organizadas as formas de representação de cada aldeia, território e povo? Caso exista mais de um povo no mesmo território, todos participarão juntos? Reuniremos todas aldeias da Terra Indígena? Reuniremos apenas as aldeias de cada povo? Existirão momentos em que todos os povos de um mesmo território debaterão em conjunto os temas relacionados à Educação Escolar Indígena? Quem coordenará a atividade de Planejamento? Como será realizada a coordenação? Quais serão os temas do Planejamento? Como os temas do Planejamento serão apresentados, debatidos e registrados? Como se darão as tomadas de decisões sobre os temas debatidos? Existe a necessidade de algum tipo de assessoramento? A atividade de Planejamento ocorrerá em mais de uma fase? Qual será a duração do evento?

Sabemos que **os contextos entre as comunidades, territórios e povos são bastante diversos**. Existem locais em que o deslocamento entre uma aldeia e outra é rápido, alguns são feitos de carro ou ônibus, outros em pequenas embarcações. Mas, há também os locais em que as distâncias são grandes, e muitos dias são necessários para se chegar à outra aldeia. Existem aqueles contextos em que mais de um povo e, por vezes, com línguas e culturas diferentes, vivem na mesma Terra Indígena ou na mesma aldeia, assim como os povos que vivem nas cidades ou que estão em situação de migração forçada e refúgio.

As respostas para estas perguntas dependem das decisões comunitárias e, desta forma, a participação das lideranças tradicionais, mais experientes e também das lideranças mais jovens, além de docentes, representantes de segmentos das comunidades e as organizações indígenas, inclusive as de professores, é indispensável para se chegar a um acordo de como se dará a organização do evento de Planejamento. Este é o primeiro desafio, para o qual sugerimos as **Reuniões Preparatórias**.

As Reuniões Preparatórias podem ocorrer de diferentes formas, de acordo com o contexto de cada aldeia, povo e território. Apontamos seis (06) **contextos iniciais que podem ser ampliados ou reformulados**, considerando-se as diferentes realidades existentes:

QUADRO 01	
CONTEXTOS INICIAIS E AS REUNIÕES PREPARATÓRIAS	
Contexto 01	Quando temos um povo em um território com várias aldeias.
Contexto 02	Quando temos várias aldeias de diferentes povos em um mesmo território.
Contexto 03	Quando se trata de povos indígenas em situação de pressão por grandes empreendimentos.
Contexto 04	Quando se trata de povos indígenas que vivem em acampamentos ou áreas em processo de demarcação.
Contexto 05	Quando se trata de povos em situação de migração forçada e refúgio vivendo em uma terra indígena.
Contexto 06	Quando se trata de povos indígenas que vivem na cidade, incluindo-se aqueles que estão em situação de migração forçada e refúgio.

A primeira tarefa da reunião preparatória é a **convocação interna**, na sua própria aldeia, comunidade ou bairro, ou seja, chamar os parentes, com a presença das lideranças, dos professores e professoras, dos responsáveis pelos estudantes e, se for possível, da organização indígena local ou aquela que representar o povo, para construir os acordos que darão início ao Planejamento Comunitário. As atividades transversais das Reuniões Preparatórias, são:

QUADRO 02
ATIVIDADES TRANSVERSAIS PARA AS REUNIÕES PREPARATÓRIAS
(1) Definir na sua comunidade, quais são os principais temas da Educação Escolar a serem debatidos no Planejamento Comunitário;
(2) Apresentar uma proposta na sua comunidade de quem são e quantas pessoas serão convidadas a participarem do Planejamento Comunitário;
(3) Apresentar a forma de articulação com as outras comunidades ou aldeias do território, sejam nas Terras Indígenas, nos acampamentos ou nos centros urbanos;
(4) Definir a forma como os temas serão apresentados e debatidos;
(5) Propor um tempo para a duração do Planejamento Comunitário e;
(6) Os encaminhamentos construídos devem ser comunicados para se chegar a um acordo conjunto sobre o desenvolvimento geral das atividades do Planejamento Comunitário.

No **CONTEXTO 01**, quando temos **um povo em um território com várias aldeias**, é muito importante que as decisões tomadas em uma aldeia sejam comunicadas às demais comunidades do território. Esta é uma condição para que todas as aldeias se sintam representadas na construção do Planejamento.

Já no **CONTEXTO 02**, quando temos **várias aldeias de diferentes povos em um mesmo território**, uma nova atividade deve ser acrescentada: **(1)** As lideranças e docentes devem comunicar as propostas construídas em cada uma das outras aldeias do seu próprio povo, que se somará às propostas dos outros povos que vivem no mesmo território. Devemos lembrar que a articulação entre os diferentes povos no mesmo território é um momento muito importante. Por isso, todas as lideranças e docentes devem ser comunicados acerca das propostas e encaminhamentos para que se alcance um acordo conjunto sobre o desenvolvimento geral das atividades do Planejamento Comunitário, que respeitará as especificidades de cada povo.

No **CONTEXTO 03**, estaremos diante dos povos indígenas que enfrentam **desafios relacionados às políticas de mitigação dos impactos negativos causados por grandes empreendimentos**. Os impactos, em muitos dos casos, atingem a dimensão da educação, seja em contexto escolar ou não escolar. Grandes empreendimentos promovem inúmeras formas de pressão sobre os povos indígenas e, neste sentido, torna-se fundamental que as comunidades e suas

organizações de representação política compreendam os diferentes modos pelos quais se complementam as políticas públicas de educação e as ações de mitigação dos impactos causados.

No **CONTEXTO 04**, nos encontraremos com **povos indígenas que vivem em acampamentos ou áreas em processo de demarcação**. Neste caso é importante que as lideranças e docentes se articulem com outras aldeias de outros territórios do seu povo, que vivam um contexto semelhante ou que seus territórios estejam demarcados. Os laços entre as diferentes comunidades para o apoio às propostas construídas devem ser fortalecidos.

Já no **CONTEXTO 05**, quando se trata de **povos em situação de migração forçada e refúgio, vivendo em uma terra indígena no Brasil**, será fundamental para a comunidade que chegou ao novo território, articular-se ao povo que a está recebendo, participando das atividades relacionadas à Educação Escolar Indígena, apresentando as suas experiências educacionais interculturais no seu país de origem, buscando estratégias conjuntas para a tripla garantia dos direitos, como povos indígenas, migrantes e refugiados<sup>4</sup>.

No **CONTEXTO 06**, quando se trata de **povos indígenas que vivem na cidade, incluindo-se também aqueles que estão em situação de migração forçada e refúgio**, é muito importante compreendermos que a vida na cidade ou a migração forçada não eliminam os direitos indígenas. Estes povos são detentores dos direitos educacionais específicos, interculturais, diferenciados, bi/multilíngues e comunitários. Deve-se reconhecer a territorialidade indígena na cidade e, ao mesmo tempo, as diferentes formas de articulação no espaço urbano, com grupos familiares, associações que representam povos indígenas neste contexto ou comunidades que vivem no entorno da cidade. Neste caso, atua-se na direção de estratégias multiétnicas e considera-se que a defesa indígena de direitos ganha um novo contorno, que é o exercício da cidadania pluriétnica nas cidades<sup>5</sup>. O quadro a seguir traz os diferentes contextos das Reuniões Preparatórias, articulados às atividades transversais e aquelas consideradas específicas, que estão na cor vermelha.

---

<sup>4</sup> Ver ACNUR, 2021 p. 33; 35

<sup>5</sup> Em 29/01/2024 realizei uma entrevista com a líder da Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus em Entorno (COPIME), Marcivânia Rodrigues Paiva do povo Sateré Mawé.

**QUADRO 03****REUNIÕES PREPARATÓRIAS EM DIFERENTES CONTEXTOS INDÍGENAS****CONTEXTO 01: QUANDO TEMOS UM POVO EM UM TERRITÓRIO COM VÁRIAS ALDEIAS**

- (1) Definir, na sua comunidade, quais são os principais temas da Educação Escolar a serem debatidos no Planejamento Comunitário;
- (2) Apresentar uma proposta na sua comunidade de quem são e quantas pessoas serão convidadas a participarem do Planejamento Comunitário;
- (3) Apresentar a forma de articulação com as outras comunidades ou aldeias do território, estejam elas situadas nas Terras Indígenas, nos acampamentos ou nos centros urbanos;
- (4) Definir a forma como os temas serão apresentados e debatidos;
- (5) Propor um tempo para a duração do Planejamento Comunitário e;
- (6) Os encaminhamentos construídos devem ser comunicados às demais aldeias para se chegar a um acordo conjunto sobre o desenvolvimento geral das atividades do Planejamento Comunitário;

**CONTEXTO 02: QUANDO TEMOS VÁRIAS ALDEIAS DE DIFERENTES POVOS EM UM MESMO TERRITÓRIO**

- (1) Definir, na sua comunidade, quais são os principais temas da Educação Escolar a serem debatidos no Planejamento Comunitário;
- (2) Apresentar uma proposta na sua comunidade de quem são e quantas pessoas serão convidadas a participarem do Planejamento Comunitário;
- (3) Apresentar a forma de articulação com as outras comunidades ou aldeias do território, estejam elas situadas nas Terras Indígenas, nos acampamentos ou nos centros urbanos;
- (4) Definir a forma como os temas serão apresentados e debatidos;
- (5) Propor um tempo para a duração do Planejamento Comunitário;
- (6) Os encaminhamentos construídos devem ser comunicados às demais aldeias e povos para se chegar a um acordo conjunto sobre o desenvolvimento geral das atividades do Planejamento Comunitário.

### **CONTEXTO 03: QUANDO SE TRATA DE POVOS INDÍGENAS EM SITUAÇÃO DE PRESSÃO POR GRANDES EMPREENDIMENTOS**

- (1) Definir, na sua comunidade, quais são os principais temas da Educação Escolar a serem debatidos no Planejamento Comunitário;
- (2) Apresentar uma proposta na sua comunidade de quem são e quantas pessoas serão convidadas a participarem do Planejamento Comunitário;
- (3) Apresentar a forma de articulação com as outras comunidades ou aldeias dos territórios impactados;
- (4) Definir a forma como os temas serão apresentados e debatidos;
- (5) Propor um tempo para a duração do Planejamento Comunitário;
- (6) Os encaminhamentos construídos devem ser comunicados às demais aldeias e povos para se chegar a um acordo conjunto sobre o desenvolvimento geral das atividades do Planejamento Comunitário;
- (7) Articular-se com outras aldeias nos territórios impactados do seu povo ou de outros povos, que vivam um contexto semelhante para fortalecer os laços entre as diferentes comunidades, criando uma rede indígena para a compreensão dos impactos negativos causados por empreendimentos, bem como, as formas de mitigação que respondam aos desafios atuais;
- (8) Apresentar e/ou atualizar, no contexto de reuniões de comissões ou comitês indígenas para gestão das ações de mitigação, as propostas comunitárias para a efetiva redução dos impactos negativos no campo da educação escolar indígena;
- (9) As lideranças devem fazer constar em documentos, os acordos firmados durante as reuniões com os responsáveis pelo empreendimento ou por equipes executoras de programas de mitigação dos impactos.

### **CONTEXTO 04: QUANDO SE TRATA DE POVOS INDÍGENAS QUE VIVEM EM ACAMPAMENTOS OU ÁREAS EM PROCESSO DE DEMARCAÇÃO**

- (1) Definir, na sua comunidade, quais são os principais temas da Educação Escolar a serem debatidos no Planejamento Comunitário;
- (2) Apresentar uma proposta na sua comunidade de quem são e quantas pessoas serão convidadas a participarem do Planejamento Comunitário;
- (3) Apresentar a forma de articulação com as outras comunidades ou aldeias do território, estejam elas situadas nas Terras Indígenas, nos acampamentos ou nos centros urbanos;

- (4) Definir a forma como os temas serão apresentados e debatidos;
- (5) Propor um tempo para a duração do Planejamento Comunitário;
- (6) Os encaminhamentos construídos devem ser comunicados às demais aldeias e povos para se chegar a um acordo conjunto sobre o desenvolvimento geral das atividades do Planejamento Comunitário;
- (7) Articular-se com outras aldeias de outros territórios do seu povo, que vivam um contexto semelhante ou que seus territórios estejam demarcados para fortalecer os laços entre as diferentes comunidades criando uma rede indígena de apoio às propostas construídas

#### **CONTEXTO 05: QUANDO SE TRATA DE POVOS EM SITUAÇÃO DE MIGRAÇÃO FORÇADA E REFÚGIO VIVENDO EM UMA TERRA INDÍGENA NO BRASIL**

- (1) Definir, na sua comunidade, quais são os principais temas da Educação Escolar a serem debatidos no Planejamento Comunitário;
- (2) Apresentar uma proposta na sua comunidade de quem são e quantas pessoas serão convidadas a participarem do Planejamento Comunitário;
- (3) Apresentar a forma de articulação com as outras comunidades ou aldeias do território, estejam elas situadas nas Terras Indígenas, nos acampamentos ou nos centros urbanos;
- (4) Definir a forma como os temas serão apresentados e debatidos;
- (5) Propor um tempo para a duração do Planejamento Comunitário;
- (6) Quando se trata de povos em situação de migração forçada e refúgio, vivendo em uma terra indígena no Brasil, será fundamental para a comunidade que chegou no novo território, articular-se ao povo que a está recebendo, participando das atividades relacionadas à Educação Escolar Indígena, apresentando as suas experiências educacionais interculturais no seu país de origem e buscando estratégias conjuntas para a dupla garantia dos direitos de povos indígenas migrantes e refugiados.

#### **CONTEXTO 06: QUANDO SE TRATA DE POVOS INDÍGENAS QUE VIVEM NA CIDADE, INCLUINDO-SE TAMBÉM AQUELES QUE ESTÃO EM SITUAÇÃO DE MIGRAÇÃO FORÇADA E REFÚGIO**

- (1) Definir, na sua comunidade, quais são os principais temas da Educação Escolar a serem debatidos no Planejamento Comunitário;
- (2) Apresentar uma proposta na sua comunidade de quem são e quantas pessoas serão convidadas a participarem do Planejamento Comunitário;



- (3) Apresentar a forma de articulação com as outras comunidades ou aldeias do território, estejam elas situadas nas Terras Indígenas, nos acampamentos ou nos centros urbanos;
- (4) Definir a forma como os temas serão apresentados e debatidos;
- (5) Propor um tempo para a duração do Planejamento Comunitário;
- (6) Os encaminhamentos construídos devem ser comunicados às demais comunidades e povos para se chegar a um acordo conjunto sobre o desenvolvimento geral das atividades do Planejamento Comunitário;
- (7) As formas de articulação no espaço urbano têm como principais interlocutores os grupos familiares, as associações que representam povos indígenas neste contexto ou comunidades que vivem no entorno da cidade. Neste caso, sugere-se atuar na direção das estratégias multiétnicas e considerar que a atuação indígena ganha um novo contorno, que é o exercício da cidadania pluriétnica nas cidades.

As Reuniões Preparatórias terão como resultado os encaminhamentos prioritários para a realização do Planejamento Comunitário. Mas, para finalizar, chamamos atenção para alguns elementos que não podemos esquecer:

#### QUADRO 04

##### PONTOS DE ATENÇÃO PARA A PREPARAÇÃO DO PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO

- (1) Devem ser respeitadas as formas internas de organização social de cada um dos povos envolvidos no Planejamento Comunitário.
- (2) Sugere-se a criação de um grupo de representantes indígenas do povo em cada território<sup>6</sup> para o exercício do controle social e que ficará responsável por liderar os debates relacionados à Educação Escolar Indígena. O grupo de representantes indígenas poderá ser composto por participantes com diferentes perfis, de acordo com a organização social de cada comunidade ou povo, nos seus territórios;

<sup>6</sup> Experiência de participação e controle social semelhante pode ser encontrada no [Decreto Presidencial de criação dos Territórios Etnoeducacionais, Nº 6861 de 27/05/2023](#).

- (3) A mediação ou facilitação do Planejamento Comunitário deverá ser realizada prioritariamente por membros das próprias comunidades;
- (4) A participação de pessoas não indígenas é uma escolha das comunidades educativas e sua função será o apoio e assessoramento aos procedimentos conduzidos pelas comunidades;
- (5) A língua a ser utilizada no Planejamento Comunitário será preferencialmente aquela falada pelo próprio povo, sendo o português, a segunda língua da atividade, utilizada quando os participantes considerarem adequado;
- (6) Os termos conceituais em língua portuguesa serão contextualizados e traduzidos para as línguas indígenas;
- (7) A participação é uma livre decisão da comunidade educativa, que decidirá por diferentes modos de organização do evento de Planejamento Comunitário. O planejamento reunirá uma ou várias aldeias, um ou mais territórios de um ou vários povos. Estas decisões se referem às articulações e laços culturais e políticos entre os diferentes povos indígenas e suas comunidades;
- (8) As palavras centrais do Planejamento Comunitário são: participação e mobilização. A participação e a mobilização contemplarão o maior número possível pessoas das comunidades. A participação não depende do grau de escolaridade;
- (9) A realização do Planejamento Comunitário nos próprios territórios garante maior mobilização e diálogo, reduzindo pressões externas sobre as tomadas de decisões indígenas;
- (10) O Planejamento Comunitário apontará estratégias para que sejam estabelecidos diálogos com as Secretarias de Educação para a plena participação indígena nas políticas públicas.
- (11) A Fundação Nacional dos Povos Indígenas, por meio da Coordenação de Processos Educativos, buscará mecanismos de financiamento para as atividades de Planejamento Comunitário.

Concluídos os acordos entre as comunidades e povos indígenas, considerando-se os diferentes contextos vivenciados, passaremos para as sugestões em relação ao dia-a-dia do evento, que se iniciará com a apresentação da Proposta de Planejamento, consolidada durante às Reuniões Preparatórias.

A apresentação da Proposta ocorrerá na língua própria de cada povo indígena ou em língua portuguesa ou de maneira multilíngue, a depender do contexto sociolinguístico do local de realização. A apresentação também deverá contar com a possibilidade de que sejam feitos ajustes na Proposta, pois reafirma-se os gestos de autonomia e de escuta sensível aos que se fazem presentes. Após a ampla compreensão das pessoas participantes se dará continuidade ao evento.

## 5. PASSO 02: PENSAR A COMUNIDADE NA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO

Uma das questões centrais para a realização de Planejamentos Comunitários está relacionada à profundidade com a qual se consegue refletir sobre os aspectos, internos e externos, que ameacem ou fortaleçam os modos de vida e culturas dos povos indígenas. O primeiro tema sugerido se chama: **Sobre Nossas Comunidades e Povos.**

A Escola é um dos elementos que fazem parte do cotidiano de muitos territórios indígenas no Brasil, mas as crianças, antes de se tornarem “alunos da escola”, nascem “pessoas de um povo”. A Educação Escolar Indígena foi transformada em um importante instrumento de resistência e afirmação do protagonismo e autonomia dos povos indígenas, por outro lado, há um cenário de violação dos direitos educacionais.

Desenvolver Planejamentos é uma tarefa que convida as pessoas para pensar sobre diferentes aspectos da vida na sua aldeia, comunidade e povo. Nosso tema central é a Educação Escolar, mas o ponto de partida é a própria vida na aldeia. Assim, algumas perguntas iniciais podem ser elaboradas para começarmos o Planejamento. Vejamos o **Quadro 04**, Sobre Nossas Comunidades e Povos.

QUADRO 05
SOBRE NOSSAS COMUNIDADES E POVOS
(1) Quais lições podemos aprender com as histórias de vida dos mais velhos, homens e mulheres, sobre a resistência dos nossos povos?
(2) Quais desafios precisamos superar para fortalecer nossas comunidades, territórios e povos no tempo presente?
(3) Quais são os grandes problemas que necessitamos enfrentar coletivamente?
(4) Dentre os problemas existentes, quais deles nascem no interior das comunidades e quais vem de fora?
(5) Em quais momentos nos sentimos ameaçados?
(6) Em quais momentos nos sentimos fortalecidos?
(7) Quais práticas próprias de educação, na escola e na comunidade, necessitamos fortalecer para proteger nossa cultura, as crianças, os jovens e os mais velhos?

Temos **sete (07) perguntas iniciais** e as formas com as quais trabalharemos com elas podem variar. Há diferentes contextos nas aldeias, portanto, as atividades de reflexão sobre os questionamentos são múltiplas. Uma das sugestões apresentadas é a seguinte:

**(1) Compor grupos de trabalhos**, com o mais **diversificado perfil de participantes**, sem quaisquer distinções entre as pessoas que são escolarizadas e as que não são, pois todos os conhecimentos e experiências tem grande valor. Dos grupos de trabalho poderão fazer parte: docentes, lideranças, representantes de associações, homens e mulheres, pessoas mais velhas, estudantes, agentes ambientais, agroflorestais, de saúde e saneamento, líderes espirituais, mestres e mestras dos conhecimentos tradicionais e as demais pessoas que cada comunidade considerar adequada sua participação;

- (2) Após a definição dos grupos de trabalho, será escolhida uma pessoa para liderar as atividades de discussão do grupo;
- (3) Os **mediadores e mediadoras** do evento deverão fazer a leitura, explicação e tradução para as línguas próprias de cada comunidade e povo, do Tema em debate e das Perguntas Iniciais;
- (4) Cada grupo deverá ter em mãos um **registro do Tema e das Perguntas Iniciais**, que podem ser escritas em um quadro da escola, em um cartaz ou em uma folha de papel ou outro meio de registro disponível;
- (5) Os **grupos se dividirão em diferentes espaços na comunidade**, escolhendo uma sala de aula ou refeitório da escola, uma casa de uso coletivo ou o pátio da aldeia, por exemplo;
- (6) Os mediadores e mediadoras do Planejamento acompanharão toda a atividade. É fundamental que **os grupos sejam assessorados**;
- (7) Ao término da atividade, as **reflexões** construídas em cada grupo de trabalho serão compartilhadas com os demais presentes em apresentações;
- (8) Os mediadores e mediadoras deverão **registrar o conjunto de falas** dos participantes. Estas falas serão a base para a compreensão dos desafios comunitários e das estratégias que farão parte do Planejamento;
- (9) O tempo para esta atividade dependerá do **acordo inicial** feito junto aos participantes.
- (10) Esta fase será concluída com a apresentação do quadro-síntese 01, denominado: **Aprendizagens Históricas para o Fortalecimento dos Povos Indígenas**.

## 6. PASSO 03: MAPEAR AS VIOLAÇÕES

A partir da avaliação indígena sobre as ações governamentais, será possível compreender se existe ou não algum tipo de violação dos direitos educacionais. Nosso caminho é o da descoberta, por isso existem os temas e as perguntas iniciais. Assim, para descobrir as violações praticadas e desenvolver avaliações com autonomia, precisamos questionar o mais profundamente possível, aquilo que observamos no dia-a-dia escolas indígenas e as formas com as quais os governos atuam diante das realidades das aldeias. O Tema proposto neste Passo se chama: **Entendo a Ideia de Violação**<sup>7</sup>. Vejamos o próximo quadro com as perguntas iniciais.

QUADRO 06
ENTENDO A IDEIA DE VIOLAÇÃO
(1) As organizações e comunidades indígenas são informadas sobre o conjunto de direitos relacionados à Educação Escolar Indígena pelas Secretarias de Educação?
(2) Os planejamentos de ações das Secretarias de Educação acontecem a partir de atividades de escuta e consulta, livre, prévia e informada, junto aos povos indígenas, suas comunidades e organizações de representação?
(3) Para avaliar as ações dos governos, devemos considerar três aspectos: <ul style="list-style-type: none"> <li>(a) Os governos sabem dos problemas e não tomam medidas para superá-los junto com as comunidades e organizações indígenas?</li> <li>(b) As ações tomadas pelos governos são ou não suficientes para superar os problemas enfrentados pelas comunidades educativas indígenas?</li> <li>(c) As ações dos governos aumentam as dificuldades e desafios educacionais indígenas?</li> </ul>

<sup>7</sup> Para a compreensão da violação como omissão ou insuficiência das ações governamentais, ver Senra (2021, p. 129;130).

Após a explicação e tradução da temática e das perguntas iniciais pelos mediadores e mediadoras, sugerimos que:

- (1) O desenvolvimento desta atividade ocorra de maneira **coletiva**, em formato de assembleia, quando todos os participantes poderão expressar avaliações gerais sobre o direito à participação como estratégia central para boas práticas em políticas de Educação Escolar Indígena;
- (2) Caso, no contexto do Planejamento Comunitário, estejam presentes **diferentes povos e comunidades**, sugere-se ainda que sejam compostas representações, que podem ser organizadas por território e povo, ou outro método que possibilite o maior número possível de exposições;
- (3) Os mediadores e mediadoras do evento deverão **anotar as falas dos participantes** e, ao término, apresenta-las para que, se necessário, novos questionamentos e complementações sejam inseridas;
- (4) Os elementos centrais desta avaliação são: (1) o **direito à participação indígena na política pública** e (2) os **modos como os governos tratam a modalidade de ensino Educação Escolar Indígena**. Neste sentido, após a fala dos participantes, o registro e apresentação pelos mediadores e mediadoras, teremos uma nova pergunta: Diante deste quadro, quais são as propostas indígenas para efetivar o direito à participação nas políticas públicas?
- (5) A partir do conjunto de falas, sugere-se a elaboração quadro-síntese 02, chamado **Direitos Indígenas de Participar**, contendo todas as propostas, que serão apresentadas aos presentes. No quadro deve-se registrar as recomendações e orientações para as Secretarias de Educação sobre as formas de se relacionar com as comunidades, povos indígenas e suas organizações de representação no campo da Educação Escolar Indígena.

## 7. PASSO 04: OLHAR PARA DENTRO DAS NOSSAS ESCOLAS

Olhar para dentro das escolas, também significa observar as políticas públicas. A situação, positiva ou negativa, das escolas indígenas é o espelho das políticas públicas. Ou seja, quando temos uma política pública respeitosa aos povos indígenas, as escolas nas aldeias estarão fortalecidas, docentes terão acesso regular a formação, existirão materiais didáticos específicos, os projetos políticos pedagógicos estarão em desenvolvimento e os profissionais da Educação Escolar Indígena serão valorizados.

Esta forma de olhar busca refletir sobre questões presentes na legislação da Educação Escolar Indígena, **especialmente, nas diretrizes de funcionamento, formação e pedagógicas.**

Nosso Tema neste Passo, chama-se: **Da Escola para os Governos e dos Governos para as Escolas** e tem três (03) objetivos:

- (1)** Avaliar se as escolas indígenas possuem centralidade nas Secretarias de Educação ou se, por outro lado, as escolas são tratadas como algo à margem, “de lado”, pelos Governos;
- (2)** Descrever a situação das escolas indígenas para criar uma agenda sobre os problemas enfrentados nas comunidades;
- (3)** Buscar o reconhecimento dos governos para os desafios educacionais indígenas;

O Tema está organizado em diferentes Assuntos (Temáticas), cada um deles com Perguntas Iniciais. Para cada uma das perguntas iniciais, em seus assuntos (temáticas), **solicita-se uma explicação, um modo de compreender e, portanto, de avaliar das comunidades**, que são contextualizados pelas seguintes questões: **(1)** Existem ações e são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?; **(2)** Existem ações, mas não são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?; **(3)** Não existem ações e nossos desafios ficam sem respostas pelas Secretarias de Educação? Por que?



<b>QUADRO 07</b>	
<b>ASSUNTO 01: FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA</b>	
<b>Perguntas iniciais</b>	
(1) No seu estado ou município, existem políticas públicas das Secretarias de Educação municipais ou estaduais, Institutos Federais ou Universidades Públicas para a formação em nível Superior e Médio (Magistério), para docentes e gestores indígenas atuarem na Educação Escolar Indígena, articulando docência, gestão e pesquisa?	
(2) As Secretarias de Educação, em seus municípios e estados, desenvolvem programas de formação para professores indígenas, de forma articulada à pesquisa, para o atendimento da Educação Especial e de Jovens e Adultos?	
(3) Existem procedimentos das Secretarias de Educação para a contratação provisória de professores indígenas como, por exemplo, Processos Seletivos, respeitando as especificidades culturais, linguísticas e territoriais de cada povo?	
(4) Existem ações das Secretarias de Educação, municipais ou estaduais, para a contratação de professores indígenas por meio de concursos públicos específicos e interculturais para vagas efetivas?	
<b>Posicionamentos e avaliações comunitárias sobre as ações das Secretarias de Educação</b>	
• Existem ações e são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?	
• Existem ações, mas não são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?	
• Não existem ações e nossos desafios ficam sem respostas das Secretarias de Educação? Por que?	
<b>ASSUNTO 02: GESTÃO DEMOCRÁTICA E O DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA</b>	
<b>Perguntas iniciais</b>	
(1) As Secretarias de Educação, em seus municípios ou estados, desenvolvem ações comunitárias e junto às organizações de representação política dos povos indígenas, sobre o tema da Gestão Democrática Própria, Intercultural e Específica?	
(2) As Secretarias de Educação, em seus municípios ou estados, desenvolvem ações específicas para a formação de gestores educacionais indígenas?	
(3) As Secretarias de Educação, em seus municípios ou estados, desenvolvem ações que informem sobre os recursos financeiros: (a) destinados aos estudantes da Educação Escolar Indígena; (b) destinados às ações de formação, construção, compra de equipamentos e materiais didáticos; (c) destinados ao recebimento diretamente pela escola?; (d) destinados ao transporte escolar.	
(4) As Secretarias de Educação, nos seus municípios ou estados desenvolvem ações que promovam a criação de Unidades Executoras Próprias para o recebimento de recursos direto na escola?	

<b>Posicionamentos e avaliações comunitárias sobre as ações das Secretarias de Educação</b>	
• Existem ações e são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?	
• Existem ações, mas não são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?	
• Não existem ações e nossos desafios ficam sem respostas das Secretarias de Educação? Por que?	
<b>ASSUNTO 03: OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA</b>	
<b>Perguntas iniciais</b>	
(1) Existem ações das Secretarias de Educação, nos seus municípios ou estados, para mapear e atender as necessidades das comunidades educativas para a oferta das etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio)?	
(2) Existem ações das Secretarias de Educação, nos seus municípios ou estados, para mapear e atender as necessidades das comunidades educativas na oferta de modalidades educacionais especializadas, tais como a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos?	
(3) Na avaliação das comunidades educativas, as escolas e as salas anexas existentes respondem de forma satisfatória as necessidades e direitos de aprendizagem das crianças indígenas?	
<b>Posicionamentos e avaliações comunitárias sobre as ações das Secretarias de Educação</b>	
• Existem ações e são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?	
• Existem ações, mas não são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?	
• Não existem ações e nossos desafios ficam sem respostas das Secretarias de Educação? Por que?	
<b>ASSUNTO 04: PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS E CURRÍCULOS PRÓPRIOS</b>	
<b>Perguntas iniciais</b>	
(1) Existem ações de formação relacionadas à exposição, aprofundamento e reconhecimento das práticas pedagógicas indígenas?	
(2) As Secretarias de Educação oferecem o suporte adequado, com o financiamento, formação e assessoramento intercultural para atividades de elaboração comunitária dos Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas indígenas em seus territórios?	
(3) Há o reconhecimento, por parte dos Conselhos de Educação, municipais ou estaduais, dos Projetos Político Pedagógicos elaborados pelas comunidades indígenas?	
(4) Existem Referenciais Curriculares Indígenas das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação, construídos em diálogo com as comunidades e docentes indígenas?	
<b>Posicionamentos e avaliações comunitárias sobre as ações das Secretarias de Educação</b>	
• Existem ações e são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?	
• Existem ações, mas não são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?	
• Não existem ações e nossos desafios ficam sem respostas das Secretarias de Educação? Por que?	

<b>ASSUNTO 05: MATERIAL DIDÁTICO PRÓPRIO</b>	
<b>Perguntas iniciais</b>	
(1) Existem ações periódicas e políticas específicas das Secretarias de Educação para a formação de pesquisadores indígenas, com o objetivo da elaboração de materiais didáticos próprios em todas as etapas da Educação Básica?	
(2) Existe, por parte das Secretarias de Educação, ações de publicação e distribuição de materiais didáticos próprios, para todas as etapas da Educação Básica, considerando a diversidade de línguas, culturas e povos?	
<b>Posicionamentos e avaliações comunitárias sobre as ações das Secretarias de Educação</b>	
• Existem ações e são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?	
• Existem ações, mas não são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?	
• Não existem ações e nossos desafios ficam sem respostas das Secretarias de Educação? Por que?	
<b>ASSUNTO 06: POLÍTICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE VALORIZAÇÃO CULTURAL E LINGÜÍSTICA</b>	
<b>Perguntas iniciais</b>	
(1) As Secretarias municipais ou estaduais de Educação desenvolvem ações que valorizem as línguas, culturas e histórias indígenas, para enfrentar o preconceito e o racismo?	
(2) Existem materiais didáticos ou campanhas em rádio, TV ou internet, desenvolvidas por Secretarias municipais ou estaduais de Educação para valorizar a diversidade cultural dos povos indígenas?	
<b>Posicionamentos e avaliações comunitárias sobre as ações das Secretarias de Educação</b>	
• Existem ações e são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?	
• Existem ações, mas não são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?	
• Não existem ações e nossos desafios ficam sem respostas das Secretarias de Educação? Por que?	
<b>ASSUNTO 07: PARTICIPAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA</b>	
<b>Perguntas iniciais</b>	
(1) Existem espaços institucionais, criados pelas Secretarias de Educação, em seus estados ou municípios, que garantam a participação das organizações e representações dos povos no planejamento, desenvolvimento e avaliação das ações em Educação Escolar Indígena?	
(2) Existem, por parte da Secretarias de Educação, municipais ou estaduais, procedimentos interculturais para a Consulta Livre, Prévia e Informada?	
(3) Existem, nos seus estados ou municípios, a garantia da participação indígena nos Conselhos de Educação?	

(4) Existem Conselhos de Educação Escolar Indígena nos seus estados ou municípios? Caso existam, eles são consultivos ou normativos?
<b>Posicionamentos e avaliações comunitárias sobre as ações das Secretarias de Educação</b>
• Existem ações e são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?
• Existem ações, mas não são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?
• Não existem ações e nossos desafios ficam sem respostas das Secretarias de Educação? Por que?
<b>ASSUNTO 08: MERENDA ESCOLAR, AGRICULTURA FAMILIAR E EXTRATIVISMO INDÍGENA</b>
<b>Perguntas iniciais</b>
(1) Existem ações periódicas para entrega em tempo adequado da alimentação nas escolas indígenas, nos seus municípios e estados?
(2) Existem cardápios específicos para a alimentação escolar, de acordo com a cultura dos povos indígenas?
(3) Existem levantamentos e estudos realizados em cooperação com as comunidades, agricultores e extrativistas para o mapeamento da base alimentar e capacidade de fornecimento para as escolas indígenas?
(4) Existem atividades de informação e de formação sobre os procedimentos necessários para habilitação de agricultores e extrativistas indígenas para o fornecimento de alimentação para as escolas?
(5) Existem ações das Secretarias municipais ou estaduais de Educação para a aquisição de alimentos diretamente dos agricultores e extrativistas indígenas?
<b>Posicionamentos e avaliações comunitárias sobre as ações das Secretarias de Educação</b>
• Existem ações e são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?
• Existem ações, mas não são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?
• Não existem ações e nossos desafios ficam sem respostas das Secretarias de Educação? Por que?
<b>ASSUNTO 09: ESCOLAS, CONSTRUÇÕES E EQUIPAMENTOS</b>
<b>Perguntas iniciais</b>
(1) Existem levantamentos realizados pelas Secretarias de Educação, em cooperação com as comunidades educativas, para o conhecimento das técnicas arquitetônicas indígenas?
(2) Existem parcerias para a construção de escolas entre as Secretarias de Educação e as comunidades indígenas?
(3) Existem procedimentos de consulta livre, prévia e informada para a definição dos padrões arquitetônicos das escolas indígenas a serem construídas?
(4) As estruturas físicas e equipamentos das escolas indígenas atendem às necessidades de saúde, saneamento, das atividades comunitárias, pedagógicas, de gestão e administração das escolas indígenas?

<b>Posicionamentos e avaliações comunitárias sobre as ações das Secretarias de Educação</b>	
• Existem ações e são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?	
• Existem ações, mas não são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?	
• Não existem ações e nossos desafios ficam sem respostas das Secretarias de Educação? Por que?	
<b>ASSUNTO 10: RESPEITO AOS MARCOS NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA</b>	
<b>Perguntas iniciais</b>	
(1) Existem ações das Secretarias de Educação, municipais e estaduais, para a elaboração, junto às comunidades e povos, dos marcos normativos interculturais e próprios para a consolidação dos direitos educacionais indígenas?	
(2) Existe, nos seus municípios ou estados, marcos legais para reconhecimento da categoria escola e professor indígena?	
(3) Existe, nos seus municípios ou estados, marcos legais para reconhecimento do direito à Gestão Democrática Própria, Intercultural e Específica das escolas indígenas?	
<b>Posicionamentos e avaliações comunitárias sobre as ações das Secretarias de Educação</b>	
• Existem ações e são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?	
• Existem ações, mas não são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?	
• Não existem ações e nossos desafios ficam sem respostas das Secretarias de Educação? Por que?	
<b>ASSUNTO 11: CRIANÇAS PROTEGIDAS, TERRITÓRIOS E ESCOLAS</b>	
<b>Perguntas iniciais</b>	
(1) Existem ações das Secretarias de Educação, municipais e estaduais, que buscam refletir sobre a importância dos territórios para a proteção e o pleno desenvolvimento das crianças indígenas?	
(2) As Secretarias de Educação, Municipais ou Estaduais, reconhecem os impactos das mudanças climáticas sobre as escolas indígenas, no que se refere aos processos pedagógicos, aos aspectos da alimentação, transporte e estrutura física das escolas?	
<b>Posicionamentos e avaliações comunitárias sobre as ações das Secretarias de Educação</b>	
• Existem ações e são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?	
• Existem ações, mas não são suficientes para responder aos nossos desafios? Por que?	
• Não existem ações e nossos desafios ficam sem respostas das Secretarias de Educação? Por que?	

Para o desenvolvimento deste tema, sugerimos retomar os trabalhos em grupo. Abaixo, considerando as instruções anteriormente anotadas, teremos:

**(1)** Compor grupos de trabalhos, com o mais diversificado perfil de participantes, sem quaisquer distinções entre as pessoas que são escolarizadas e as que não são, pois todos os conhecimentos e experiências tem grande valor. Dos grupos de trabalho poderão fazer parte: docentes, lideranças, representantes de associações, homens e mulheres, pessoas mais velhas, estudantes, agentes ambientais, agroflorestais, de saúde e saneamento, líderes espirituais, mestres e mestras dos conhecimentos tradicionais e as demais pessoas que cada comunidade considerar adequada sua participação;

**(2)** A composição dos grupos de trabalho será realizada de acordo com o conjunto de Assuntos do Tema **Da Escola para os Governos e dos Governos Para as Escolas**.

**(3)** Após a definição dos grupos de trabalho, será escolhida uma pessoa para liderar as atividades de discussão do grupo;

**(4)** Os mediadores e mediadoras do evento deverão fazer a leitura, explicação e tradução para as línguas próprias de cada comunidade e povo, do Tema, Assuntos, Perguntas Iniciais e Avaliações Indígenas;

**(5)** Cada grupo deverá ter em mãos um registro do Tema, Assuntos, Perguntas Iniciais e Avaliações Indígenas, que podem ser escritas em um quadro da escola, em um cartaz ou em uma folha de papel ou outro meio de registro disponível;

**(6)** Os grupos se dividirão em diferentes espaços na comunidade, escolhendo uma sala de aula ou refeitório da escola, uma casa de uso coletivo ou, o pátio da aldeia, por exemplo;

**(7)** Os mediadores e mediadoras do Planejamento deverão acompanhar a atividade. É fundamental que todos os grupos sejam assessorados;

**(8)** Ao término da atividade, as reflexões construídas em cada grupo de trabalho serão compartilhadas com os demais presentes em apresentações;

**(9)** Os mediadores e mediadoras deverão registrar o conjunto de falas dos participantes. Estas falas serão a base da avaliação indígena sobre a situação das escolas em suas comunidades e territórios;

**(10)** Ao término da apresentação dos grupos de trabalho, os mediadores e mediadoras deverão, a partir dos Assuntos do Tema e das Avaliações indígenas, elaborar o quadro-síntese 03, denominado: **Situação das Nossas Escolas**;

**(11)** O tempo para esta atividade dependerá do acordo inicial feito junto aos participantes.

## **8. PASSO 05: DECIDIR E FORTALECER A ARTICULAÇÃO ENTRE OS POVOS**

Fazer um **Planejamento Comunitário** é um desafio e tanto e todas as pessoas das aldeias, as organizações indígenas e de apoio aos povos indígenas, sabem disto. Um dos pontos mais importantes sobre os Planejamentos é a tomada de decisões. Em diversos momentos as pessoas têm pontos de vistas diferentes, que não se combinam. Entretanto, talvez exista um no qual todos concordam: os direitos educacionais indígenas devem ser respeitados e garantidos.

Desta forma, tendo um ponto em comum, que é o respeito e a garantia aos direitos, tomar as decisões sobre o planejamento é a consolidação de uma série de compromissos em cada aldeia, território e povo.

Existem os acordos que devem ser construídos entre as escolas e as famílias nas comunidades, entre as comunidades e as organizações de representação, entre várias organizações de representação e também entre diversos povos. Por isso, quando se está frente à frente com as aprendizagens históricas e o fortalecimento dos povos, com os direitos de participar nas políticas públicas e a atual situação

das escolas nas diversas comunidades, territórios e povos, criar sólidos acordos comunitários e com as organizações indígenas é central.

O Tema deste passo chama-se: **Compromissos Indígenas e Obrigações dos Governos**. Este Tema possui uma (01) única pergunta inicial: Considerando as realidades de cada aldeia, território e povos, quais compromissos coletivos devemos assumir?

Para este tema sugerimos que a atividade ocorra **sem a necessidade da formação de grupos de trabalho**, conforme segue abaixo:

**(1)** O desenvolvimento desta atividade pode ocorrer de maneira coletiva, em formato de assembleia, quando todos os participantes poderão apontar quais compromissos das comunidades e das organizações indígenas devem ser assumidos, além das obrigações dos governos;

**(2)** Caso, no contexto do **Planejamento Comunitário**, estejam presentes diferentes povos e comunidades, sugere-se ainda que sejam compostas representações, que podem ser organizadas por território e povo, ou outro método que possibilite o maior número possível de exposições;

**(3)** Os mediadores e mediadoras do evento deverão anotar as falas dos participantes e, ao término, apresenta-las, utilizando como forma de sistematização, o quadro abaixo:

Quadro 08		
ESTRATÉGIAS E OS COMPROMISSOS INDÍGENAS E OBRIGAÇÕES DOS GOVERNOS		
Compromissos para construir uma rede de articulação das Organizações Indígenas com as comunidades educativas	Compromissos dos Povos Indígenas em suas comunidades e territórios	Deveres dos Governos em relação à Educação Escolar Indígena
.....	.....	.....
.....	.....	.....
Povo:		
Terra indígena:		
Aldeia:		



**(4)** Os elementos contidos na sistematização definem dois (02) aspectos: as **Estratégias e Compromissos Indígenas** e as **Obrigações dos Governos** e definem o quadro-síntese 04.

**(5)** Um ponto de atenção se refere ao fortalecimento da atuação das organizações indígenas junto às comunidades, para a defesa dos direitos educacionais;

**(6)** O tempo para esta atividade dependerá do acordo inicial feito junto aos participantes.

## **9. PASSO 06: CONSIDERAÇÕES E ORIENTAÇÕES FINAIS: O DOCUMENTO DO PLANEJAMENTO COMUNITÁRIO**

Para concluir a atividade de Planejamento Comunitário, os mediadores e mediadoras deverão revisitar o passo-a-passo das atividades e **revisar os Quadro-Sínteses**, 04 ao todo:

**(1)** Aprendizagens Históricas Para O Fortalecimento Dos Povos Indígenas;

**(2)** Direitos Indígenas De Participar;

**(3)** A Situação Das Escolas;

**(4)** Estratégias E Compromissos Indígenas E Obrigações Dos Governos

Os Quadro-Sínteses deverão ser **unificados e transformados em um Documento Final**, que poderá ser encaminhado ao Ministério Público Federal, à Fundação Nacional dos Povos Indígenas, ao Ministério da Educação e às Secretarias Municipais e Estaduais de Educação. Mas, especialmente, o Documento Final deverá ser encaminhado às lideranças e escolas indígenas que participaram do evento de Planejamento Comunitário.

Para finalizar as atividades, os mediadores e mediadoras deverão fazer uma avaliação, buscando identificar quais são os aspectos que podem ser aprimorados neste tipo de evento.

## ANEXO – FIGURA SÍNTESE DA MEDOTOLOGIA

FIGURA 01



**PASSO 01:** Reuniões Preparatórias

**RESULTADO:** Acordo sobre o desenvolvimento das atividades do planejamento comunitário

**PASSO 02:** Pensar a comunidade na relação com a educação

**RESULTADO:** Quadro Síntese 01: aprendizagens históricas para o fortalecimento dos povos indígenas

**PASSO 03:** Mapear as violações

**RESULTADO:** Quadro Síntese 02: Direitos indígenas de participar

**FIGURA 02**



**PASSO 04:** Olhar para dentro das novas escolas

**RESULTADO:** Quadro Síntese 03: Situação das nossas escolas

**PASSO 05:** Decidir e fortalecer a articulação entre os povos

**RESULTADO:** Quadro Síntese 04: Estratégias e compromissos indígenas e as obrigações dos governos

**PASSO 06:** O documento do planejamento comunitário

**RESULTADO:** Documento final do planejamento comunitário



MINISTÉRIO DOS  
POVOS  
INDÍGENAS

